

O ruralismo em perspectiva histórica

Marcelo Badaró Mattos*

Resenha do livro de Sonia Regina de Mendonça. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 1997.

Tem sido comum identificar, como tendência recente nos estudos na área de História no Brasil, o uso de uma gama cada vez mais ampla de documentos, fontes primárias, a partir do manejo de instrumentos metodológicos também bastante diversificados. O crescimento numérico e qualitativo da produção dos programas de pós-graduação pode, com certeza, ser responsabilizado por esse avanço.

Há, entretanto, algum consenso também na identificação de um refluxo nas reflexões teóricas dos historiadores brasileiros. Em muitos casos, discussões conceituais e de referenciais teóricos têm sido reduzidas a pequenos parágrafos ou apenas notas de rodapé, nas mesmas teses e dissertações que tanto têm avançado no rigor do uso das fontes.

Da mesma forma, é possível perceber que, paralelamente ao recuo da reflexão teórica, delineia-se um acúmulo de trabalhos monográficos riquíssimos em temáticas, abordagens e interpretações inovadoras, mas carentes de maior reflexão sobre as possibilidades de tais abordagens monográficas realimentarem e retificarem as sínteses correntes na historiografia canônica, muitas delas anteriores ao *boom* da produção acadêmica mais recente. É certo que muitos buscam relativizar ou demolir os grandes vãos das interpretações tradicionais opondo-lhes suas monografias, mas isto não substitui a necessária tarefa de construção de novas sínteses ou, pelo menos, de dimensionar o lugar adequado dos objetos de estudos temáticos num conjunto histórico-social mais amplo.

Estas são algumas das razões pelas quais *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, de Sonia Mendonça, deve ser recebido com satisfação pelos historiadores, em especial pelos que se dedicam ao estudo e docência sobre Brasil republicano. Trata-se de uma obra cujo objeto de estudo é claramente delimitado no tempo e no espaço, além de definido a partir de uma noção precisa. A autora define o ruralismo como “um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes

* Professor adjunto-doutor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre divergentes” (p. 26). Portanto, apesar de tratar-se de um estudo monográfico, demonstra grande capacidade de síntese da história brasileira nos anos em questão, ao mesmo tempo que revela com clareza o lugar da temática específica no universo mais amplo do Brasil da época.

Por isso mesmo, aprendemos com *O ruralismo brasileiro* que o privilégio historiográfico atribuído ao lugar econômico da agricultura monocultora cafeeira e ao papel político preponderante dos grandes proprietários a ela ligados deu origem a uma noção excessivamente simplista do quadro econômico rural brasileiro e das idéias produzidas por esse universo, relacionando-as ao binômio latifúndio/agricultura monocultora de exportação. Da mesma forma que a tradição historiográfica consagrou uma imagem reducionista a respeito dos cafeicultores como senhores do monopólio da máquina estatal – vistos como grandes proprietários e/ou burgueses, o que pouco importa para o caso.

Da leitura do livro fica a convicção da solidez dos argumentos da autora para demonstrar que as propostas de diversificação agrícola e prioridade para a produção direcionada ao mercado interno (quando não de redistribuição de terras) não só existiram, como foram fundamentais na organização de “frações não-hegemônicas da classe dominante”. Estas, por sua vez, elaboraram um discurso próprio – ruralista – sobre a agricultura nacional e difundiram-no através de organizações de classe da sociedade civil, que se tornaram canais importantes para a atuação daquelas frações no universo da sociedade política. Desta atuação decorreu, inclusive, um papel dirigente naquela agência estatal (criada também pela pressão desse grupo) encarregada de formular e aplicar políticas públicas no campo: o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).

A solidez dos argumentos a que me refiro decorreu do manejo, metodologicamente adequado, de um conjunto vastíssimo de fontes. Conjunto que não foi encarado pela autora como chave única para seus problemas de análise, mas sim como documentação a ser interrogada à luz de questões solidamente construídas a partir de definições e reflexões de natureza teórico-conceitual. Assim, a constituição de entidades representativas das propostas ruralistas – como a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), à qual a autora dedica maior atenção – é entendida no interior de uma matriz interpretativa gramsciniana, em que a construção de organizações de representação de interesses na sociedade civil é parte do processo de ação coletiva nas sociedades de classes complexas. Na mesma linha, a atuação dessas entidades como grupos de pressão sobre a sociedade política, dos partidos, eleições e governo é ilustrativa da dinâmica de Estado, entendido, na definição ampliada de Gramsci, como uma condensação de relações sociais e não como entidade autônoma.

São reflexões teórico-conceituais seguras que possibilitam à autora dissecar, também, a produção intelectual e a atuação política dos ruralistas, construindo, a partir das noções de *campo intelectual*, *campo político* e *habitus*, de Pierre Bourdier, uma análise que não se contenta apenas com o conteúdo das monografias de época por ela analisadas, mas que analisa a relação dessas fontes com o lugar social de onde falam seus autores.

Tal inter-relação – entre o universo das fontes e o das reflexões teóricas na construção da análise de Sonia Mendonça – é visível também na própria estruturação da obra. No primeiro capítulo – “A reação ruralista” – o foco da análise se direciona para a conjuntura delimitada pelo fim da escravidão e o final da década de 1920. O “contexto histórico” é considerado, no capítulo, a partir de reflexões sobre a internacionalização capitalista e as transformações econômico-sociais brasileiras. Teses e interpretações correntes são tomadas não como dado, mas como objeto de discussão e crítica para a elaboração da síntese. O ponto de encontro entre as questões do período e o movimento/ideologia ruralistas é identificado pela autora na defesa da “vocação eminentemente agrícola” do país pelos diversos setores dos proprietários rurais. Muito mais diversificados em seus interesses e propostas do que a visão monolítica da supremacia dos cafeicultores paulistas poderia fazer crer, esses segmentos se unificavam “na defesa fisiocrática da vocação eminentemente agrícola do país, bandeira em nome da qual justificaram-se, tanto respostas a conjuntos de críticas setoriais, quanto posturas relativamente homogêneas diante de ameaças tidas como comuns, como no caso da industrialização e seus correlatos, notadamente as tarifas protecionistas de caráter industrializante” (p. 25).

A “reação ruralista” é abordada no capítulo, situando-se um caso “precursor” de defesa da diversificação/modernização da agricultura brasileira, no político gaúcho Assis Brasil e em sua pregação pela introdução das modernas técnicas de mecanização da produção e pela difusão de uma educação agrícola, comprometidas com a diversificação de culturas e a produção auto-suficiente para o mercado interno. Para além da difusão de idéias, Assis Brasil também foi fundador do primeiro “grupo de interesses institucionalizado” na defesa da modernização agrícola – a Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura. O capítulo se fecha com uma breve análise das “iniciativas públicas diversificadoras” no governo de Nilo Peçanha, no estado do Rio de Janeiro (entre 1903 e 1906).

O segundo capítulo – “Conservar, ampliando e aumentando” – situa a Sociedade Nacional de Agricultura numa análise do ruralismo, entendido na “construção de *espaços de poder alternativos ao jogo político-partidário republicano*, ilustrando os mecanismos de inter-relação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil.” (p.38, grifos da autora) A representatividade daquela entidade é justificada pela autora em função de seu caráter nacional, do seu pioneirismo na conjuntura e de sua efetiva expressão política. A bibliografia que tangencia a questão do ruralismo e o papel da Sociedade Nacional da Agricultura é problematizada em suas insuficiências e confrontada com uma análise centrada na documentação interna da entidade (atas de congressos, registros de diretorias e associados e o periódico por ela editado, *A Lavoura*). Dessa análise emerge a representatividade e o peso político de uma entidade que logrou êxito em ampliar o nível de associativismo entre frações da classe dominante proprietária, em quase todo o território nacional, tendo como bandeiras a diversificação e modernização da agricultura e a difusão da pequena propriedade como estratégia de fixação do homem ao campo, além da bem sucedida pressão pela criação de agências do aparelho de Estado com as quais

esses segmentos pudessem estabelecer canais mais diretos de relacionamento, o que se concretiza em 1909 com a criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.

Nos dois capítulos seguintes – “Mundo rural: diagnóstico de um estado” e “A vocação eminentemente agrícola do país” – a análise se centra sobre um *corpus* documental diferente. A autora selecionou uma amostra de trinta e uma monografias agrícolas, de temáticas, objetivos e origens diversificados, buscando relacionar o conteúdo dos textos com o lugar social de onde eram escritos. Via aparato metodológico e conceitual de Bourdieu, Sonia Mendonça identifica as diferenças entre condição de classe e posição de classe dos autores das monografias, destacando a participação da maioria deles nos quadros da Sociedade Nacional de Agricultura e os cargos e funções políticas ocupados por boa parte deles no aparelho de Estado. São realçados também os diferentes *habitus* relacionados à profissionalização/escolarização distinta de bacharéis, engenheiros e agrônomos (as vozes mais atuantes no movimento ruralista). Diagnósticos de problemas e propostas mais recorrentes dos textos ganham, assim, um sentido mais amplo. Destaca-se neste capítulo uma preocupação de toda a obra em elaborar quadros (apresentados em anexo) que resumem propostas das monografias, o público ao qual objetivam atingir e “propriedades de posição” (trajetórias profissionais e políticas) de seus autores.

Os capítulos finais – “Ceres e a política” e “A política de Ceres” – analisam a criação do Ministério da Agricultura, o papel da SNA na criação e gestão do ministério e as políticas por ele formuladas e geradas. Avaliando a fundação da agência estatal – proposta pela Sociedade em 1902, aprovada pelo legislativo em 1906 e criada efetivamente em 1909 – Sonia Mendonça demonstra com clareza os conflitos de interesses das diferentes frações da classe dominante no interior do aparelho de Estado, na disputa pela formulação das políticas públicas e na definição das agências capazes de implementá-las. Assim, a criação do Ministério, demandada pela SNA e aglutinando os interesses das diferentes frações não cafeicultoras dos proprietários, esbarrou na oposição dos cafeicultores paulistas, enquanto a implantação da agência foi dificultada pelo cenário de discussão acirrada sobre os mecanismos de valorização do café.

Para penetrar na dinâmica do debate, a autora recorreu a uma fonte tradicional, embora hoje pouco explorada em suas potencialidades pelos historiadores do período: os debates legislativos. O pequeno espaço orçamentário e os limites de atuação do Ministério, que foram tomados pela historiografia como sintomas de sua fragilidade, são redimensionados pela autora, para quem “o caráter político-ideológico de que se reveste a atuação dos organismos estatais é também dimensão importante a ser incorporada na avaliação de sua ‘eficácia’ e, neste sentido, o MAIC obteve razoável sucesso”.(p. 134) A importância do novo órgão aparece, assim, centrada na sua função de canal mediador dos conflitos intra-classe dominante.

No último capítulo, são objeto de análise as propostas do Ministério, especialmente aquelas que caminham no sentido da diversificação/modernização agrícolas, arremetimento da mão-de-obra rural e ensino agrícola. Temas e propostas, como se vê, em tudo próximos da agenda proposta pela SNA ao longo

de sua trajetória. Também nessa etapa do trabalho, Sonia Mendonça recorre a uma fonte tradicional de forma não usual: os relatórios dos ministros da pasta. A originalidade metodológica no tratamento da fonte, reside na discussão dos limites e características peculiares de um documento enunciador, concomitantemente, de teorias e práticas, redigido por e dirigido aos “mandatários do poder”, o que lhe confere uma característica de *gênero* específico.

Os esforços do Ministério para, a despeito do limitado aporte de recursos, formar quadros e apoiar a modernização produtiva nas regiões Sul e Nordeste, são esclarecidos nessa seção. Tomadas num recorte mais longo de tempo, as formulações e práticas do MAIC têm realçada a sua dinâmica, entendendo-se, inclusive, a virada da década de 1920, quando o quadro de crise recebe como resposta da agência estatal uma releitura da “vocação eminentemente agrícola do país”, com o incentivo à produção de matérias-primas e insumos para ao apoio às atividades industriais.

Ao fim da leitura do trabalho, duas impressões são marcantes: a primeira é a da relevância de um tema – o do ruralismo – que antes havia visitado a periferia de trabalhos sobre a Primeira República e que, após *O ruralismo brasileiro* passa a ter estatuto de temática-chave para a compreensão da questão agrária, das relações entre organizações representativas das diversas frações da classe proprietária e as agências estatais e dos conflitos intra-classe dominante. A segunda impressão de leitura é a de que, diante da habilidade da autora em mixar e manejar seguramente um amplo universo de fontes e um sólido referencial teórico,   fácil concordar com suas conclusões, por exemplo, a de que “como sistema de representações, o ruralismo, tal como veiculado por intermédio da SNA e seus agremiados, demarcava os limites discursivos do que seria uma das inovações do período no tocante à visão da agricultura: a importação, elaboração e vulgarização de uma fala técnica, produzida por agências legitimamente autorizadas a emitir-las, por intermédio de profissionais capacitados pelo sistema escolar como seus emissores privilegiados.”(p.178)

O ruralismo brasileiro é fruto de uma tese de doutoramento defendida no início da década. Tanto tempo entre a defesa e a publicação de um estudo tão importante só pode ser interpretado como sinal de miopia de nossos editores, muitas vezes incapazes de reconhecer o interesse que uma obra acadêmica pode despertar. Obra acadêmica, destaque. Trata-se de um trabalho para iniciados – historiadores e profissionais e demais cientistas sociais formados ou em formação –, embora de interesse com certeza não restrito aos especialistas de temáticas afins, em especial pelas lições de boa história que pode passar a qualquer historiador. Isto porque a complexidade da análise e a amplitude das conclusões são costuradas por uma redação que, pela correção do uso da língua e pela organização da exposição, facilitam a leitura. Obra de interesse para iniciados, também, pelas sugestões de novos estudos de que suas análises e conclusões são portadoras. Comentário que pode ser tomado como convite a novos estudos, convite ao qual esperamos que a própria autora esteja também disposta a responder.